

Diário Eletrônico do Ministério Público RS

Procuradoria-Geral de Justiça

End.: Av. Aureliano de Figueiredo Pinto, 80.

Porto Alegre / RS - 90050-190

Fone: (51) 3295 -1100

Porto Alegre, 09 de outubro de 2012.

Edição nº 1035

Nesta edição:

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

Avisos.....2

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

Boletins de Pessoal2

Súmulas de contratos.....3

Avisos de licitações.....3

Concursos Públicos.....4

Editais.....5

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Boletins.....5



PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

AVISO N.º 52/2012

Cientifico que, o **EXCELENTÍSSIMO SENHOR PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, EDUARDO DE LIMA VEIGA**, no uso de suas atribuições legais, determinou a publicação do demonstrativo que segue:

DOAÇÕES DE BENS MÓVEIS EFETUADAS PELA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA				
Processo	Termo de Baixa de Patrimônio	Entidade Donatária	Objeto	Fundamento Legal
3178-0900/12-0	1976	Delegacia de Polícia de Pedro Osório	Equipamentos de Informática	Lei Federal nº 8.666/93 e Prov. nº 02/2009
3060-0900/12-8	1965	Prefeitura Municipal de Seberi – Casa de Abrigo e Passagem Acomchego da Paz	Equipamentos de Informática	Lei Federal nº 8.666/93 e Prov. nº 02/2009
2933-0900/12-7	1939	Conselho Tutelar de Santana da Boa Vista	Equipamentos de Informática	Lei Federal nº 8.666/93 e Prov. nº 02/2009
3017-0900/12-8	1961	Brigada Militar de Caçapava do Sul	Equipamentos de Informática	Lei Federal nº 8.666/93 e Prov. nº 02/2009
3016-0900/12-5	1960	Prefeitura Municipal de Santana da Boa Vista	Equipamentos de Informática	Lei Federal nº 8.666/93 e Prov. nº 02/2009
3059-0900/12-0	1966	Conselho Tutelar de Seberi	Equipamentos de Informática	Lei Federal nº 8.666/93 e Prov. nº 02/2009
3041-0900/12-7	1964	1ª Delegacia de Polícia de Bagé	Equipamentos de Informática	Lei Federal nº 8.666/93 e Prov. nº 02/2009
2896-0900/12-8	1974	Brigada Militar de Porto Alegre – Departamento de Saúde	Equipamentos de Informática	Lei Federal nº 8.666/93 e Prov. nº 02/2009
2939-0900/12-3	1942	Grupo de Escoteiros Atalaia de Nonoai	Mobiliário e Equipamentos de Informática	Lei Federal nº 8.666/93 e Prov. nº 02/2009

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 09 de outubro de 2012.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,

Diretor-Geral.

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

BOLETIM N.º 467/2012

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, DANIEL SPERB RUBIN, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, **RESOLVE**:

CONSIDERAR

- habilitada para tomar posse, a contar de 05/10/2012, no cargo de Agente Administrativo, Classe “M”, JULIANA GUZZO, tendo entrado em exercício em 08/10/2012.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 09 de outubro de 2012.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,

Diretor-Geral.



Diário eletrônico
Ministério Público
Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 09 de outubro de 2012.

www.mp.rs.gov.br

Edição n.º 1035

**SÚMULA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
E RATIFICAÇÃO
PROCESSO N.º 3230-09.00/12-9**

CONTRATADO: MOYSES PEDROSO DE MORAES; **OBJETO:** contratação de leiloeiro oficial para a realização de licitação, na modalidade leilão, em nome deste Ministério Público Estadual Gaúcho; **TAXA DE COMISSÃO DO LEILOEIRO:** 5% sobre o valor de arrematação dos bens, a ser pago pelo(s) arrematante(s); **FUNDAMENTO LEGAL:** artigo 25, caput, da Lei Federal n.º 8.666/93; **RATIFICAÇÃO** em 08/10/2012, pelo Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos, Dr. Daniel Sperb Rubin.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 08 de outubro de 2012.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

**SÚMULA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
E RATIFICAÇÃO
PROCESSO N.º 2876-0900/12-4**

CONCESSIONÁRIO: BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL; **OBJETO:** concessão remunerada de uso de áreas que totalizam 150m², nos prédios da Sede Institucional e da Sede Administrativa do Ministério Público do RS, para instalação de postos bancários; **VALOR MENSAL:** R\$ 7.000,00; **PRAZO DE VIGÊNCIA:** 60 meses; **FUNDAMENTO LEGAL:** art. 17, § 2º, inc. I, da Lei Federal n.º 8.666/93; **RATIFICAÇÃO** em 08/10/2012, pelo Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos, Dr. Daniel Sperb Rubin.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 8 de outubro de 2012.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

**SÚMULA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
E RATIFICAÇÃO
PROCESSO N.º 3429-0900/12-8**

CONTRATADA: SINDICATO DOS ENGENHEIROS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL; **OBJETO:** participação de servidores no curso de Perícias em Avaliações de Imóveis; **VALOR TOTAL:** R\$ 5.120,00; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto 6420, Natureza da Despesa/Rubrica 3.3.90.39/3935; **FUNDAMENTO LEGAL:** art. 25, "caput", da Lei Federal n.º 8.666/93; **RATIFICAÇÃO** em 08/10/2012, pelo Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos, Dr. Daniel Sperb Rubin.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 08 de outubro de 2012.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

**SÚMULA DE CONTRATO DE OBRA E SERVIÇOS
DE ENGENHARIA
PROCESSO N.º 2769-09.00/12-2
CONVITE N.º 32/12**

CONTRATADA: PINOH ENGENHARIA LTDA.; **OBJETO:** manutenção e reforma do prédio sede das Promotorias de Justiça de Guaporé/RS, situada na Rua Gino Morassuti, n.º 1.050, com área construída de 272,54m², incluindo a prestação de serviços e o fornecimento de materiais, para execução em 02 (dois) meses; **VALOR TOTAL:** R\$ 73.269,56; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto/Atividade 1764, Natureza da Despesa 4.4.90.51, Rubrica 5103; **FUNDAMENTO LEGAL:** Lei Federal n.º 8.666/93 e Lei Estadual n.º 11.389/99.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 08 de outubro de 2012.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

**SÚMULA DE SANÇÃO ADMINISTRATIVA
PROCESSO N.º 1121-0900/12-7
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 18/12**

A Procuradoria-Geral de Justiça torna público, para os devidos fins, que decidiu, em caráter definitivo, aplicar a ROGÉRIO FEIJÓ KOZOROSKI a **sanção de suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração pelo período de 02 (dois) anos**, forte no artigo 7º da Lei 10.520/02, artigo 8º, inciso I, do Decreto 42.250/03 e artigo 28 da Lei Estadual 13.191/09.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 08 de outubro de 2012,

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

Aviso de abertura de licitação

Convite n.º 43/2012 (Processo n.º 003340-09.00/12-9) **Tipo** menor preço global. **Objeto:** contratação de prestação de serviços de engenharia, visando à reforma do prédio da Sede Institucional da Procuradoria-Geral de Justiça (12.º andar – Sul e Sala de Controle), localizado na Av. Aureliano de Figueiredo Pinto, n.º 80, pelo prazo máximo de 02 (dois) meses, conforme Convite e seus Anexos. **Data e horário de abertura:** 19/10/2012, às 14 horas.

Local: Rua General Andrade Neves, 106, 17.º andar, Centro, Porto Alegre (RS). **CONVITE:** <http://www.mp.rs.gov.br/licitacao/convite>. **Informações gerais:** e-mail, cplic@mp.rs.gov.br. **Base legal:** Lei n.º 8.666/93, e alterações.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 08 de outubro de 2012.

MICHEL CORRÊA MURAD,
Presidente da Comissão Permanente de Licitações.



Diário eletrônico
Ministério Público
Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 09 de outubro de 2012.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 1035

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DO CARGO DE **BIBLIOTECÁRIO JURÍDICO** DO QUADRO DE PESSOAL DE PROVIMENTO EFETIVO DA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA – SERVIÇOS AUXILIARES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

EDITAL N.º 333/2012

PRAZO PARA RECURSOS - PRORROGAÇÃO

TORNO PÚBLICO que a Comissão de Concurso, tendo em vista o concurso para o cargo de Bibliotecário Jurídico, Edital nº 170/2012, publicado no Diário Eletrônico do Ministério Público do Rio Grande do Sul em 13 de junho de 2012, **RESOLVE**:

PRORROGAR o prazo para interposição de recurso quanto à prova objetiva até o dia **18/10/2012**, nos termos do Edital 327/2012, publicado no Diário Eletrônico do Ministério Público em 03/10/2012.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 08 de outubro de 2012.

DR. MARCELO LEMOS DORNELLES,
Presidente da Comissão de Concurso.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DO CARGO DE **TÉCNICO EM INFORMÁTICA – ÁREAS DE SISTEMAS, EQUIPAMENTOS, INTERNET/INTRANET E APOIO AO USUÁRIO** DO QUADRO DE PESSOAL DE PROVIMENTO EFETIVO DA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA – SERVIÇOS AUXILIARES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

EDITAL N.º 334/2012

PRAZO PARA RECURSOS - PRORROGAÇÃO

TORNO PÚBLICO que a Comissão de Concurso, tendo em vista o concurso para o cargo de Técnico em Informática – Áreas de Sistemas, Equipamentos, Internet/Intranet e Apoio ao Usuário, Edital nº 171/2012, publicado no Diário Eletrônico do Ministério Público do Rio Grande do Sul em 13 de junho de 2012, **RESOLVE**:

PRORROGAR o prazo para interposição de recurso quanto à prova objetiva até o dia **18/10/2012**, nos termos do Edital 328/2012, publicado no Diário Eletrônico do Ministério Público em 03/10/2012.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 08 de outubro de 2012.

DR. MARCELO LEMOS DORNELLES,
Gerente da Comissão de Concurso.



Diário eletrônico
Ministério Público
Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 09 de outubro de 2012.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 1035

EDITAL N.º 335/2012

EDITAL DE CIÊNCIA DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS

A Presidente da Comissão Permanente de Avaliação de Documentos do Ministério Público (CPAD), designada pela Portaria n.º 3399/2012, de 01/10/2012, publicada no Diário Eletrônico do Ministério Público, de 01/10/2012, faz saber, a quem possa interessar, que a partir do 30º (trigésimo) dia subsequente à data de publicação deste Edital no Diário Eletrônico do Ministério Público do RS, se não houver oposição, a Unidade de Arquivo eliminará os documentos constantes nas Listas de Eliminação de Documentos n.º 75/2012, n.º 76/2012, n.º 77/2012, n.º 78/2012, n.º 79/2012 e n.º 80/2012, aprovadas por meio da Ata n.º 134 da CPAD, disponíveis na página do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, www.mp.rs.gov.br/temporalidade/pgn/id45.htm e na Unidade de Arquivo, Rua General Andrade Neves, 106, 6º andar – Porto Alegre – RS.

Os interessados, que tiverem alguma oposição, deverão apresentá-la por escrito, devidamente fundamentada, desde que tenham qualificação e demonstração de legitimidade para o referido questionamento, dirigida à Comissão Permanente de Avaliação de Documentos do Ministério Público, localizada no endereço supracitado.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 09 de outubro de 2012.

CARLA SOUTO PEDROTTI,

Presidente Suplente da Comissão Permanente de Avaliação de Documentos.

**CONSELHO SUPERIOR DO
MINISTÉRIO PÚBLICO**

BOLETIM N.º 464/2012

AVISO N.º 80/2012

Torno público que na Sessão Ordinária do dia 16 de Outubro de 2012, ou nos 15 dias subsequentes, às 19h00min, no Auditório do SESC, sito na Rua Crisanto Leite n.º 202, Centro, Ijuí/RS, será deliberado sobre promoção de arquivamento de inquéritos civis, instaurados para apurar os fatos a que se referem os seguintes processos: **RELATOR: CONSELHEIRO LUIZ HENRIQUE BARBOSA LIMA FARIA CORRÊA: Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Carazinho:** 01) Processo n.º IC.00743.00004/2012: apurar eventual direcionamento em editais de licitação de compra de veículos por parte do Município de Carazinho. **Encaminhado por 3º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Farroupilha:** 02) Processo n.º IC.00771.00034/2011: apurar se estão sendo observadas as exigências legais no que pertine à rede de esgotos para a autorização de construções e para a expedição de habite-se, no Município de Farroupilha. **RELATOR: CONSELHEIRO CLÁUDIO BARROS SILVA: Encaminhado por Designação**

Excepcional - Claudio Antonio Rodrigues Estivallet Junior: 03) Processo n.º IC.00772.00012/2011: apurar a implantação do projeto escola-luz e formação de grupo de apoio às escolas em Restinga Seca no ano de 2011. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Garibaldi:** 04) Processo n.º IC.00776.00038/2011: apurar poluição sonora, atribuída como de responsabilidade da Metalúrgica e Serralheria Carlos V. Giovanaz. **RELATOR: CONSELHEIRO ROBERTO BANDEIRA PEREIRA: Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Salto do Jacuí:** 05) Processo n.º IC.01129.00008/2011: apurar possíveis irregularidades no processo de escolha dos Conselheiros Tutelares de Jacuizinho, por vícios de legalidade e inconstitucionalidade da Lei Municipal n.º 074, de 05/10/2001, que dispõe sobre a criação e eleição do Conselho Tutelar no Município. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Tupanciretã:** 06) Processo n.º IC.00920.00007/2010: apurar eventual dano ao meio ambiente, consistente na extração de recursos minerais sem autorização do órgão competente, figurando como investigado João Nicoletti. **RELATOR: CONSELHEIRO GILMAR POSSA MARONEZE: Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Ijuí:** 07) Processo n.º IC.00794.00015/2012: investigar possível lesão aos interesses dos consumidores em razão do transporte e comercialização de produtos de origem animal impróprios ao consumo humano por ausência de inspeção sanitária. 08) Processo n.º IC.00794.00067/2011: apurar eventual deficiência/omissão no fornecimento de energia elétrica, pelo DEMEI, aos moradores da Rua José Feitel, lado direito da Rodovia RS 155, sentido Bairro Modelo, Distrito de Santana, Ijuí, RS. 09) Processo n.º IC.00794.00070/2011: apurar possível prática de propaganda enganosa no que tange ao preço dos produtos comercializados pelo investigado Posto Ouro e Prata – OP Derivados de Petróleo Ltda. **RELATORA: CONSELHEIRA ANA MARIA SCHINESTSCK: Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Cachoeira do Sul:** 10) Processo n.º IC.00729.00023/2011: apurar possível ato de improbidade administrativa praticado pela Conselheira Tutelar Elisabete Quoos, no Município de Novo Cabrais/RS, em 19/12/2011, na Comarca de Cachoeira do Sul. **RELATOR: CONSELHEIRO ROBERTO VARALO INÁCIO: Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Ijuí:** 11) Processo n.º IC.00794.00010/2011: apurar possíveis irregularidades na criação de suínos, atividade potencialmente poluidora, em propriedade rural pertencente a Rudinei Irgang, situada na Linha 29, Norte, interior do Município de Ajuricaba. 12) Processo n.º IC.00794.00027/2010: acompanhar o cumprimento de Termo de ajustamento de Conduta firmado com Erci Lourdes Weber – ME em outro inquérito civil público (n.º 00794.00071/2009). 13) Processo n.º IC.00794.00078/2009: apurar dano ambiental decorrente de impedimento da regeneração natural da vegetação em área de preservação permanente, com aterramento e obstrução de um córrego, na propriedade de Antônio Casalini Sobrinho, no interior do Município de Coronel Barros/RS. Fica facultado às associações legitimadas apresentarem razões escritas ou documentos até três (03) dias antes da sessão de deliberação, nos termos do art. 38,



Diário eletrônico

Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 09 de outubro de 2012.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 1035

caput, do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público. As decisões dos expedientes acima relacionados serão publicadas através de afixação no átrio da Secretaria dos Órgãos Colegiados.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 09 de outubro de 2012.

MARÍLIA COHEN GOLDMAN,

Promotora-Assessora.

BOLETIM N.º 465/2012

AVISO N.º 81/2012

Torno público que na Sessão Ordinária do dia 16 de Outubro de 2012, ou nos 15 dias subsequentes, às 19h00min, no Auditório do Sesc, sito na Rua Crisanto Leite nº 202, Centro, Ijuí/RS, será deliberado sobre indeferimento de instauração de inquérito civil, relativo aos fatos a que se referem o seguinte expediente: **RELATORA: CONSELHEIRA ANA MARIA SCHNESTCK: Encaminhado por Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público de Porto Alegre:** 01) Processo nº RD.01226.01572/2012: apurar possíveis irregularidades no procedimento licitatório – Pregão Eletrônico nº 000108-7/2011 – referente aos serviços de desinsetização e desratização realizado pelo Banco Banrisul. Fica facultado às associações legitimadas apresentarem razões escritas ou documentos até três (03) dias antes da sessão de deliberação, nos termos do art. 38, caput, do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público. As decisões dos expedientes acima relacionados serão publicadas através de afixação no átrio da Secretaria dos Órgãos Colegiados.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 09 de outubro de 2012.

MARÍLIA COHEN GOLDMAN,

Promotora-Assessora.